



Contributo para o debate sobre o registo de textos da tradição oral

Odete Semedo

RESUMO: Este artigo reflete sobre a importância da fixação escrita de textos que retractam a nossa tradição oral, são questões que aqui abordamos, assim como a coabitação do português e do crioulo na Guiné-Bissau. A intenção foi e é, ainda, trazer à luz uma questão muitas vezes ignorada, por se tratar de línguas minoritárias, na sua maioria sem uma grafia definida, aprovada e adoptada, em termos da política da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Tradição; Oral; Crioulo; Línguas; Política.

ABSTRACT: This article tell about the importance of the written setting of texts that retractam our verbal tradition, is questions that we approach here, as well as the cohabitation of the Portuguese and the Creole in the Guiné-Bissau. The intention was and is, still, to bring to the light a question many times ignored, for if dealing with minority languages, in its majority without a grafia defined, approved and adoptee, in terms of the politics of the language.

KEYWORDS: Tradition; Verbal; Creole; Languages; Politic.

Introdução

Em 1994, um grupo de amigos da Cultura decidiram criar em Bissau o GREC – Grupo de Expressão Cultural que, entre outras actividades, editava uma revista de Letras, Artes e Cultura, denominada TCHOLONA. A ideia da criação dessa revista “viu-se reforçada ao constatar-mos que, perante uma quase generalizada cumplicidade conformista, a geração cultural da independência, também ela, omitiu-se no respeitante à criação de tribunas e espaços susceptíveis de provocarem o imprescindível diálogo, tanto entre as pessoas da cultura entre si como entre estas e o grande público.” Assim dizíamos nós no Editorial do primeiro número da nossa revista que, tal como algumas iniciativas do género, não teve longa vida; e foram apenas sete números.

Foi no primeiro número dessa revista que, a par de ensaios de muitos colegas, apresentei um pequeno texto sobre o registo da tradição oral. É esta matéria que aqui retomo, em jeito de contributo para uma questão que julgo actual e de interesse para os utentes das línguas maternas africanas e também para estudiosos dessas línguas. O que pode dificultar ou facilitar a tradução dos textos em línguas africanas; a importância da fixação escrita desses textos que retractam a nossa tradição oral, são questões que aqui abordamos, assim como a coabitação do português e do crioulo na Guiné-Bissau. A intenção foi e é, ainda,

trazer à luz uma questão muitas vezes ignorada, por se tratar de línguas minoritárias, na sua maioria sem uma grafia definida, aprovada e adoptada, em termos da política da língua.

A problemática do registo na oratura guineense

Nos países africanos, por serem eles bilingues ou multilingues, tal como no nosso caso, é difícil falar da oratura, do registo, sem que sejamos confrontados com o problema da língua em que se vá registar e o da língua em que se vá divulgar esses registos. Pois que, apesar de consideradas como meio de expressão originária da cultura africana e meio de comunicação fundamental para as populações, as línguas maternas, segundo Manuel Ferreira, aguardam uma oportunidade real para a concretização de acções capazes de as tornar num instrumento na aprendizagem da leitura e veículo de outros saberes elaborados. E para que hoje pudessem se tornar nesse instrumento, essas línguas deveriam ter merecido um trabalho de fundo e de base científica. Os seus utentes deveriam ter merecido a oportunidade de aprender a ler e a escrever – que seja em línguas europeias ou outras – mas para que essa primeira letra servisse de base para a aprendizagem da leitura, da escrita e do desenvolvimento das línguas maternas.

Sem qualquer julgamento ou necessidade de inverter a pirâmide, a tentação, quase emocionalmente justificável, de sobrevalorizar

o argumento do **também temos** em vez de apenas **temos** História (LOPES, 1995). Nesse caso temos a nossa língua; é de se referir que, respeitante às línguas do colonizador, adoptadas como línguas oficiais dos países africanos após a conquista das independências, aquela que antes fora “instrumento de opressão” transita deste, pelos papéis que vem assumindo, a “instrumento libertador”, deixando de ser apenas a língua dos portugueses para ser também, moçambicana, cabo-verdiana, angolana, são-tomense, guineense, ainda, segundo Manuel Ferreira. Para esse autor, a língua portuguesa, em contacto com as línguas locais, vem sujeitando-se aos mais imprevistos desvios, interferências, empréstimos, fenómenos de prosódia, como variações de acento de entoação, de ritmo, fenómenos esses, por muitos considerados uma *afronta* à língua de Camões, mas que constituem prova da sua força vital e criadora.

É de suma importância que se ponha à luz o fio que liga a língua à cultura, levando-se em conta que, subjacente a qualquer actividade literária (e nesse caso incluiremos a oratura ou tradição oral), está a língua e, obviamente a cultura de uma comunidade. Saliente-se que a Guiné-Bissau é um país sem tradição escrita, sobrepondo-se a esta uma viva e rica tradição oral. Isso encontra uma justificação no facto de que a política colonial portuguesa não permitiu a maioria esmagadora da população guineense o acesso à escola e a instrução, o que explica, em medida considerável, as razões pelas quais não terá existido na Guiné Colonial um movimento literário ou cultural que pudesse de algum modo constituir o embrião da literatura nacional, à semelhança, por exemplo, de “vamos descobrir Angola” ou do movimento cabo-verdiano “Clareza” (AMADO, 1990).

Tomando em consideração os valiosos estudos do cónego Marcelino Marques de Barros¹, enquadrados também no âmbito da literatura colonial, pode-se afirmar que é dos poucos exemplos que nos dão a conhecer a riqueza da tradição oral guineense no seu tempo. Porquanto, este estudioso apresentou no seu trabalho os contos

tradicionais, as adivinhas, as cantigas que constituem algumas das várias manifestações culturais que estão na base da convivialidade e que chamamos guineensemente de *djumbai*. E repara-se que é um dom inato do povo a arte de contar histórias, de narrar uma “passada”, com toda a fantasia e vivacidade que a imaginação empresta.

Essa arte de contar é expressa na língua materna. Posteriormente, porém, ao se sentir a necessidade de reter essa riqueza do património cultural guineense de uma forma duradoura, através da escrita, muitas vezes levantam-se barreiras devidas à hesitação quanto ao idioma a eleger para a transcrição do registo oral. Tais barreiras podem provocar indecisões e/ou conduzir ao silêncio, à desistência de se proceder a esse registo. Há quem opte por fazer as transcrições em crioulo, seguindo o exemplo do cónego guineense Marcelino Marcos de Barros, que deixou, como já frisei atrás, registo de contos tradicionais e outros estudos sobre algumas línguas africanas, de grande importância para a história da literatura guineense.

No entanto, a vontade e a decisão de registar, em crioulo, os contos, poemas e tudo o quanto se julgue importante para a documentação daquilo que existe em termos de oratura, representam já um grande passo, porém, não constituem a solução do problema da fixação, através da escrita, da tradição oral. Pois até aqui se punha a questão do registo, mas ao se proceder a essa documentação em crioulo, põe-se o problema da sua divulgação. Como atingir o maior número possível de receptores se usarmos apenas a língua local? Diríamos que a aposta seria não só registar mas também traduzir.

Se, ao transcrevermos os nossos contos e demais criações, em crioulo, ficarmos aliviados porque conseguimos registar fielmente tudo aquilo que ouvimos contar ou cantar, ao quisermos tornar esse material acessível a um público mais vasto e exterior à nossa comunidade, teremos forçosamente que pensar numa tradução para a língua portuguesa, francesa ou outra, já que o crioulo não é conhecido internacionalmente, excepto por estu-

¹ Ordenado padre a 6 de Agosto de 1866, Padre Marcelino Marques de Barros nasceu em Bissau em 1844 e morreu em Lisboa em 1928, com 85 anos. Realizou vários estudos sobre as línguas africanas publicados em revistas diversas. Dos seus trabalhos, destacam-se A Literatura dos Negros: Contos, Cantigas, Parábolas; Uma lição de Sabedoria; O Guineense; O Régulo Cumeré; Notas sobre o Crioulo e Línguas das Numerosas Raças da Guiné, entre outros trabalhos.



diosos da área e alguns curiosos. Então, interrogo, ao registarmos em crioulo, que tem o papel de língua franca numa grande parte do país (para não mencionarmos as línguas étnicas locais), estaremos apenas a adiar o problema da tradução para uma outra fase?

Responderia a esta questão afirmando que a recolha pode e deve ser feita na língua do informante e ser traduzida, mais tarde, em uma ou em várias línguas, como são exemplos alguns dos trabalhos de Marques de Barros (crioulo e português); da Teresa Montenegro e Carlos de Moraes (crioulo e português) e os contos da colecção *No Bai* da KuSiMon Editora (crioulo e francês), apesar do suposto perigo de o tradutor deturpar as ideias do texto original, na base de que *traduttore, tradittore*. Pois, as línguas, e as africanas estão naturalmente aí incluídas, possuem todas as suas especificidades, as suas expressões idiomáticas, os seus provérbios, por vezes de difícil, se não impossível transposição.

A opção de escrever em crioulo e de proceder à tradução deverá, quanto a mim, obedecer a alguns critérios, como, por exemplo, o domínio do crioulo ou da língua materna e da língua para a qual se vai proceder a tradução, no nosso caso o português; a consciência de que deve haver um esforço no sentido de ser mantida a espontaneidade da narração, feita oralmente em crioulo para que se conserve a carga emocional a ela subjacente; a capacidade de se evitarem os problemas acarretados pela tradução, tais como a dificuldade em encontrar a correspondência adequada em português, a expressão fiel que transmita o sentido do texto original, as expressões idiomáticas etc. Isso também porque “toda tradução é, pois, um exercício de transcodificação, cujo desafio é a conservação da mensagem da língua de partida, com o seu conteúdo intacto ou pelo menos muito próximo, na língua de chegada, não obstante a especificidade das duas estruturas linguísticas diferentes.” (LEÃO, p.2004).

Não resisto a dar alguns exemplos de fenómenos que ocorrem no processo de tradução de contos tradicionais. Numa das *stórias* recolhidas por Montenegro e Carlos de Moraes “Se a Tua Mãe Estiver Aqui, Reconhecê-la?”, na versão crioula, a um dado passo já no fim do conto, encontramos esta frase: E **kuri**, e **kuri**, e **kuri**. Tchiga ke na tchiga son badjuda fala rei...”, os autores traduziram a frase da seguinte forma: **correm, correm, correm**. E mal chegam a

menina diz ao rei... Nessa tradução, o pleonasma utilizado no texto (e que quase sempre é empregue nos contos tradicionais guineenses) para demonstrar o sentido da dinâmica ou marca da intensidade da acção de correr é traduzida, tendo os autores utilizado o mesmo estilo.

Numa circunstância idêntica, Benjamim Pinto Bull, no conto “Deus e os Animais” o narrador a um dado momento diz: **i enda, i enda, i enda**, i ka odja rastu di iran segu, ...” o autor sabiamente não apresenta uma tradução, mas uma *versão portuguesa proposta*, e nessa versão o texto correspondente é apenas: “**longa caminhada**. Assim que se lhe depararam rastos duma jibóia, ...”. No meu entender, nesta versão portuguesa proposta, a dinâmica sentida no conto original acaba por ficar diluída em apenas uma pequena frase, perdendo a força que se pretende transmitir com as sucessivas repetições do termo **i enda** (andou). O pleonasma é, assim, entre várias figuras como litotes, eufemismo, ironia, apenas uma das várias formas que fazem parte duma coerência simbólica e de pretensões subjacentes a um imaginário criado e imposto à comunidade, por ela mesma, com um fim determinado, sendo um deles o exprimir a filosofia de vida, e também, nas palavras de Moema Parente Augel (1998), divertir pela evasão, educar pelo exemplo.

A divulgação, portanto, de textos em crioulo e da sua correspondente versão ou tradução em português ou em outras línguas, contribuirá certamente para o aumento, cada vez mais, de leitores e estudiosos dessas língua e cultura, incentivando por um lado o hábito da leitura e, por outro, o gosto de aprender a língua portuguesa, porquanto língua oficial, também por isso necessária. E isso porque se existem aqueles que dominam simultaneamente a língua portuguesa e o nosso crioulo (língua veicular), há igualmente os que não estão familiarizados com o português.

Coabitando o crioulo e a língua portuguesa no mesmo espaço e sendo ambas faladas pelo mesmo público, visa-se, com as duas, comunicar, registar e divulgar uma ou mais culturas. Há que saber jogar com as duas línguas, a língua portuguesa e o crioulo, reservando a cada uma o seu espaço natural, sem atribuições de estatutos especiais a nenhuma delas. O alvo que uma não atinge poderá ser alcançado pela outra, preenchendo um lugar que, sem uma das duas, porventura permaneceria vazio.

A intenção aqui não é de problematizar este ou qualquer fundamento sobre a complementaridade que existe ou que poderá eventualmente existir entre as línguas africanas, de cada etnia do nosso país, e as da colonização, consideradas como línguas oficiais, muito embora não fosse descabida uma tal discussão dentro do nosso questionamento. O que se pretende demonstrar é a importância e o peso que uma língua tem na cultura de um povo e para a sua auto-identificação, assim como o papel do crioulo para a Guiné-Bissau em termos de registo fiel da oratura, sem menosprezar a importância do português e de outras línguas europeias tão importantes na divulgação desses registos.

Chegamos assim à conclusão que as duas línguas são relevantes para a oratura ou tradição oral e para o desenvolvimento e divulgação da literatura guineense, que se estende desde os registos de Marques de Barros, passando pela ténue literatura colonial até chegar ao florescimento dos nossos poetas e escritores guineenses da actualidade. Resta-nos fertilizar o espaço onde as duas coabitam, para que cada uma cumpra o papel que lhe cabe.

É indispensável que registemos e divulguemos as criações do nosso povo, a nossa tradição oral, para que a nossa história permaneça viva. E, como disse o linguista e escritor cabo-verdiano Manuel Veiga (1990), "não há nada melhor do que a palavra para significar, veicular ou fixar, para a posteridade, o humanismo de todos e de cada um de nós"

Aceito para publicação em 25/02/2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Leopoldo. A literatura colonial guineense, *In: Soronda*, n. 9, Bissau, 1990.

ELO. *estudos de literatura oral*, n. 7 e 8. Centro de Estudos Ataíde Oliveira – Universidade de Algarve:Algarve, s/d.

FERREIRA, Manuel. "Contextualização da língua portuguesa". *In: Revista Discurso no percurso africano I*. Lisboa, Plátamo, 1989.

FERREIRA, Manuel. Que futuro para a língua portuguesa em África? *In: Revista Discurso no percurso africano I*. Lisboa, Plátamo, 1989.

LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida – Historiografia africana feita por africanos. *In: Actas do colóquio construção e ensino da história em África*. Lisboa, Junho, 1995.

MATA, Inocência. "Pelos trilhos da literatura africana em língua portuguesa" - *Cadernos do Povo / Ensaio*, Braga: Pontevedra, 1992.

AUGEL, Moema Parente. *A Nova Literatura da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1998. (Colecção Kebur).

PINTO BULL, Benjamim. *O Crioulo da Guiné-Bissau Filosofia e Sabedoria*. 1. ed. Lisboa: Plátamo, 1989.

MONTENEGRO, Tereza; MORAIS, Carlos. *UORI stórias de lama e philosophia*. Bissau: KuSiMonEditora, Agosto, 1995.

VEIGA, Manuel. Literatura e finalidade literária. *In: Tribuna-Cultura*, n. 43. Junho, 1990. p.19.

